

Petista ataca Lei Kandir

ROSELENA NICOLAU

BELO HORIZONTE – O candidato petista à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende “recuperar” benefícios previstos na Constituição de 1988 para devolver aos municípios recursos e poderes que, segundo ele, foram retirados das prefeituras no atual governo, por conta da Lei Kandir e do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Um dia depois de receberem o presidente Fernando Henrique Cardoso no 25º Congresso Mineiro de Municípios, dezenas de prefeitos aplaudiram Lula, de pé, ao ouvirem o petista criticar os empecilhos para que eles sejam recebidos em Brasília.

“Não existe, no Brasil, o hábito de o presidente da República receber prefeitos, de preferência coletivamente. Muitas vezes, ele recebe o prefeito da capital, mas os do interior são tratados como pessoas de segunda categoria, de segunda classe”, afirmou Lula. Entusiasmado pelos aplausos solidários da platéia, Lula ressaltou, várias vezes, o desprezo com que os prefeitos são tratados pelas autoridades. Ele lembrou que, quando deputado constituinte, encontrava-se no Congresso com prefeitos que não conseguiam ser recebidos nem pelos deputados.

Sempre que ressaltava os sacrifícios dos prefeitos em busca de verbas, o petista recebia retorno positivo imediato. “Eu tenho pena do pre-

feito que fica, com seus assessores, perambulando pelos corredores de um ministério durante meses e meses. Às vezes, gasta mais de passagem do que o que vai buscar”, disse, sendo novamente aplaudido.

Ele defendeu a permanência do presidente no interior do país, para ele “saber como é que anda a periferia do Brasil”. Ressaltando a desimportância atual dos prefeitos para as autoridades, o petista afirmou: “Os grupos de pressão que conseguem ter influência política e junto às autoridades nunca são os de vocês”, disse Lula, comparando prefeitos a eleitores. “Vocês só têm importância na época das eleições.”

Constituição – O candidato fez sua apresentação em um auditório lotado, para 400 pessoas, entre elas 250 prefeitos. Lula apelou à Constituição de 1988 para lembrar aos prefeitos o quanto eles ganharam então e o quanto, segundo ele, estão agora perdendo. “Os prefeitos que tomaram posse em 1989 foram os que mais tiveram dinheiro na sua administração”, ressaltou, atribuindo aos princípios da Constituição de 88 a garantia de “uma maior fatia do bolo” tributário às administrações municipais e aos estados, e menos para a União.

“Mas, no Brasil, o que é bom dura pouco”, assinalou Lula, ao citar a criação da Lei Kandir, do FEF e a aplicação de isenção fiscal em prejuízo aos municípios. O petista disse que, no ano passado, o governo deixou de re-

passar às prefeituras R\$ 4,3 bilhões.

Lula entregou ao presidente da Associação Mineira de Municípios, o prefeito de Teófilo Otoni, Edson Soares, documento com três compromissos assumidos com prefeitos, no qual ele destaca a transferência pelo governo para as prefeituras, apesar da retirada de recursos, de responsabilidades por ações nas áreas de saúde e educação.

O primeiro compromisso é a renegociação das dívidas dos municípios com a União, diante de contrapartida dos prefeitos de desenvolver programas de geração de emprego e renda e educação. O segundo é a reforma tributária, que terá de compatibilizar os recursos do Fundo de Participação dos Municípios com os encargos atribuídos a estes municípios pela Constituição de 88. O terceiro é a garantia de que ele agirá como “fiador do pacto federativo”, no qual a guerra fiscal, “um jogo de soma zero”, não terá vez.

Lula previu que Fernando Henrique “não vai fazer (a reforma tributária), porque a base de sustentação dele no Congresso é contra e porque essa reforma significa fazer rico pagar imposto no Brasil”. Ironizando, disse que, se eleito, retomará o projeto do “senador Fernando Henrique Cardoso que taxa as grandes fortunas” e fará com que ele seja aprovado no Senado. O petista criticou ainda os políticos brasileiros, que têm “muita boca e pouco ouvido”, e concluiu: “A gente fala demais e ouve de menos.”